

Brasil Energia

[01.04.2011] 15h07m / **Felipe Grandin**

Sol limpo e em conta

Leia esta matéria na edição digital de Brasil Energia

O mercado de energia solar vive um momento inédito no Brasil. Antes restrita a laboratórios e a pequenos sistemas isolados, a tecnologia fotovoltaica ganha este mês sua primeira usina comercial no país – MPX Tauá (1 MW), no Ceará –, recebe investimentos de grandes concessionárias, como Cemig e Eletrobras Eletrosul, e tem ao menos 12 projetos com mais de 1 MW anunciados no país, segundo estudo da Bloomberg New Energy Finance (BNEF).

Se considerada na geração, a fonte solar ainda é bem mais cara que as concorrentes. No Brasil, o custo fotovoltaico gira entre R\$ 400 e R\$ 500/MWh, mais que o triplo da tarifa média dos empreendimentos eólicos contratados no último leilão de energia, no ano passado, de R\$ 130,86/MWh. Se visto o preço para o consumidor, no entanto, sua competitividade aumenta consideravelmente.

É o que aponta um levantamento feito pelo professor Ricardo Rütther, do Laboratório de Energia Solar da UFSC, que mostra que o custo da energia fotovoltaica já é equivalente ao cobrado de consumidores residenciais em 30 das 63 áreas de concessão de distribuição. Segundo o estudo, os clientes dessas áreas pagam na conta de luz valores superiores a R\$ 0,50/kWh, equivalentes ao da geração por painéis voltaicos. No caso de Belo Horizonte (MG), por exemplo, onde a incidência solar e a tarifa (R\$ 0,58/kWh) são altas, a energia fotovoltaica já seria economicamente viável, pois garantiria uma taxa interna de retorno (TIR) de 9% ao longo dos 25 anos de vida útil mínima esperada para o equipamento.

Segundo os defensores da tecnologia, esse é o valor que deve ser levado em conta ao se calcular a competitividade da fonte solar. Afinal, ela pode ser instalada no ponto de consumo e, com isso, se evitar os custos de transmissão e distribuição, competindo diretamente com as tarifas praticadas pelas distribuidoras.

“Dependendo da expectativa de retorno, a paridade tarifária já chegou, como em Belo Horizonte”, frisa Rütther. “Mas é questão de tempo para a energia solar se tornar mais barata do que as tarifas cobradas em todas as regiões do Brasil. Pelo princípio da modicidade tarifária, que guia o planejamento energético do governo, o uso dessa fonte, por ser mais barata, deverá ser estimulada”, completa.

América Latina na frente

Integrantes do incipiente segmento de energia solar no Brasil, que ganharam um grupo próprio na Abinee, pedem incentivos governamentais para formar uma indústria nacional antes que o mercado cresça baseado na importação de tecnologias e equipamentos. Não há, por enquanto, nenhum sinal de que o governo dará subsídios ou promoverá leilões específicos para a fonte. Mas pode ser que isso não seja necessário.

O estudo da BNEF revela que os mercados latino-americanos podem ser os primeiros a se desenvolver sem subsídio. O trabalho avaliou Brasil, Chile, México e Peru. “Nesses mercados, a energia solar poderá se tornar viável sem incentivos governamentais”, confirma Maria Gabriela da Rocha, autora do estudo e chefe de pesquisa e análise para a América Latina da consultoria.

De acordo com o relatório, a expectativa é de que a paridade tarifária na região possa ser alcançada em 2014. Maria Gabriela ressalta, porém, que a paridade, por si só, não garante a popularização da fonte solar. “O Brasil tem entraves, sobretudo regulatórios, que impedem o desenvolvimento do mercado.”

O maior empecilho é a falta de definição sobre a forma como o consumidor vai comercializar a energia excedente que passará a produzir. Hoje não há regulamentação para a venda da eletricidade extra às distribuidoras e nem para a medição dessa energia. Isso pode ser um entrave para as residências, pois a maioria das pessoas está fora de casa durante o dia e não aproveita o momento de pico da geração solar.

Caminho sem volta

Segundo Roberto Zilles, do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP e coordenador do Programa para o Desenvolvimento de Aplicações da Energia Solar Fotovoltaica, o ambiente regulatório não impedirá o avanço. “É claro que o mercado tem mais pressa em definir essas questões, mas os atores estão se movendo e estão tratando desses temas”, diz. “A Aneel, por exemplo, começou a discutir a microgeração a partir da consulta pública no ano passado (015/2010). É uma questão de tempo.”

Zilles lembra que o bom momento atual é também resultado de um trabalho de convencimento feito nos últimos anos por universidades e centros de pesquisa sobre o potencial e a viabilidade do setor. Entre eles está o Grupo de Trabalho de Geração Distribuída com Sistemas Fotovoltaicos, do MME. De lá surgiu a proposta dos “120 telhados solares”, parceria entre governo, universidades e distribuidoras para analisar o comportamento dos sistemas fotovoltaicos na rede brasileira e facilitar a regulamentação e a inserção da tecnologia no país.

Previsto para o segundo semestre, o projeto programa a instalação de sistemas fotovoltaicos em 20 residências de cada um dos seis estados participantes – Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pará. Os R\$ 3,796 milhões

investidos serão bancados pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

“A energia solar já está em outro estágio de desenvolvimento. Não é mais a academia falando para o governo. Estão sendo criadas as condições para o desenvolvimento de um mercado de energia solar no Brasil”, entusiasma-se Zilles.

Leia também:

- Empresas começam a apostar na fonte
 - EXCLUSIVO DO SITE: Brasil aproveita crescimento do mercado mundial
 - EXCLUSIVO DO SITE: MPX Tauá em contagem regressiva
 - EXCLUSIVO DO SITE: Brasil terá fábrica de módulos fotovoltaicos
-
-